

DIACRONIA E ENSINO DE LÍNGUA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

José Carlos Alves de Azeredo Júnior (IFF)
rpr.junior@hotmail.com

RESUMO

A complexa e multiforme teia das relações sociais é objeto de estudo de diversos pensadores das mais diversas áreas científicas que se preocupam em entender como se dão as interações entre os seres humanos, bem como desvelar as convenções que, em muitos casos, conformam essas relações. Nesse sentido, é bem sabido que as regras gramaticais contribuem para uma comunicação mais eficiente e padronizada, mas cumpre dizer que privilegiar, em sala de aula, uma abordagem que parta de uma perspectiva absoluta e atemporal da norma, em detrimento de um ponto de vista que reflita sobre tais regras, pode torná-la um instrumento de opressão sobre as classes que têm menos a ela. Buscando ir além dessa abordagem, este trabalho reúne uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico que investiga proposições que estimulam o olhar diacrônico sobre a linguagem, por parte do professor de português, em três documentos oficiais da área de educação, são eles a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, buscando compreender, também, por meio do diálogo com teóricos da sociologia, da linguística, gramáticos e com outros documentos importantes, como a diacronia pode contribuir com a ideia de um ensino de língua crítico, democrático, que vá além da prescrição gramatical. Pretende-se, dessa forma, que este artigo contribua para demonstrar a relevância dos estudos diacrônicos como parte do repertório de saberes do professor de português, compreendendo que o olhar histórico sobre a linguagem, mais especificamente sobre a norma, pode auxiliar na construção de um ensino de língua mais crítico, reflexivo e completo.

Palavras-chave:

Bases Legais. Diacronia. Ensino. Língua Portuguesa.

1. Introdução

A complexa e multiforme teia das relações sociais é objeto de estudo de diversos pensadores das mais diversas áreas científicas que se preocupam em entender como se dão as interações entre os seres humanos, bem como desvelar as convenções que, em muitos casos, conformam essas relações.

No âmbito da convencionalidade, a humanidade tem criado, ao longo de sua existência, inúmeras leis, padrões éticos, morais, normas para produzir uma convivência efetiva e pacífica e que unifique sua comunicação, como, por exemplo, os esforços para normatizar os usos linguísticos de cada povo, a fim de se criar uma língua comum, um

padrão geral de uso de determinado idioma.

É bem sabido que as regras gramaticais contribuem para uma comunicação mais eficiente e padronizada, como registram Weinreich *et al.* (2006), Carneira (2006) e Mattos e Silva (2008), mas cumpre dizer que privilegiar, em sala de aula, uma abordagem que parta de uma perspectiva absoluta e atemporal da norma, em detrimento de um ponto de vista que considere a transitoriedade dessas regras, pode torná-la um instrumento de opressão sobre as classes que têm menos a ela.

O tipo de ensino de língua portuguesa que tem predominado em sala de aula, mesmo assim, é primordialmente prescritivo e se baseia na criação de um manual do bem falar (ILARI, 1992 *apud* SILVA *et al.*, 2010). Dessa forma, são ignorados importantes aspectos da linguagem, inclusive de seu registro normativo, tais como: arbitrariedade, historicidade e mobilidade. Essa forma de ensino é compatível com o proposto nos documentos oficiais da educação, mais especificamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e na Base Nacional Comum Curricular?

As diretrizes provenientes desses textos estimulam o professor a fazer com que os educandos compreendam o aspecto arbitrário da linguagem, problematizem as informações a que têm acesso, desenvolvam criticidade acerca de qualquer assunto, e não admitam verdades absolutas.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de os docentes manterem contato com estudos que revelam a transitoriedade, ainda que mais estável do que registros coloquiais, e a arbitrariedade das regras gramaticais, para que possam provocar em seus estudantes a consciência de que são “patrões” e “operários” de seu idioma, tanto nos registros coloquiais, como é amplamente sabido e estudado, quanto também no âmbito da norma.

Buscando trabalhar todos esses aspectos, este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico que investiga proposições que estimulam o olhar diacrônico sobre a linguagem, por parte do professor de português, em três documentos oficiais da área de educação, são eles a Lei de Diretrizes Bases da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, buscando compreender também, por meio do diálogo com teóricos da sociologia, da linguística, gramáticos e com outros documentos importantes, como a diacronia pode contribuir com a ideia de um ensino e língua crítico,

democrático, que vá além da prescrição gramatical.

A pesquisa seguiu o roteiro proposto por Antonio Joaquim Severino (2002), que compreende as seguintes etapas: plano provisório de trabalho, quando se reúne as ideias principais do que se pretende pesquisar a fim de estabelecer um contato focado com o material de estudo; leitura do material selecionado; documentação, quando se compilam os dados bibliográficos em forma de fichamento; a construção lógica do trabalho, em que se estruturaram os capítulos e os assuntos de cada um deles; e, por último, a redação do texto.

Para trazer criticidade e reflexividade à sua aula, é comum que o professor de português se utilize da solução temática, lançando mão de textos literários que vão ao encontro desses princípios ou de escritos sociológicos, artigos de opinião, entre outros, mas quando se parte para a abordagem de questões gramaticais, tais aspectos são deixados de lado. Este artigo visa demonstrar que o ensino de língua pode também assumir um caráter crítico e reflexivo, sendo relevante, para tanto, o conhecimento histórico sobre a linguagem propiciado pelos os estudos diacrônicos.

2. O espaço da diacronia nos princípios básicos da LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi promulgada em 1996. Consiste em um documento legal que visa estabelecer diretrizes gerais para a educação nacional, bem como definir metas, classificações, funções em todos os níveis da educação brasileira, além de estabelecer etapas subsequentes que os órgãos gestores deveriam seguir a partir de sua publicação, a fim de efetivar o seu cumprimento.

O texto legal, além disso, prevê a criação de documentos posteriores que detalham e especificam suas disposições gerais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre outros documentos oficiais, surgem justamente com essa função, uma vez que se baseiam nos princípios estabelecidos pela LDB para a elaboração de propostas pedagógicas mais objetivas e pormenorizadas.

Logo de início, a Lei estabelece princípios e finalidades para educação nacional. Dentre eles, coloca-se em destaque o apreço à tolerância, a valorização da diversidade e a necessária vinculação entre a educação escolar e as práticas sociais. Esses princípios norteiam todas as

proposições estabelecidas ao longo do texto legal. Nas regulamentações acerca do ensino médio, por exemplo, a Lei, em sintonia com tais ideais, estabelece como finalidade dessa etapa da escolaridade “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 1996, s/p).

A leitura dessas proposições remete, naturalmente, ao que está estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), e importa, aqui, estabelecer esse diálogo. Já de início, em seu primeiro artigo, a declaração defende a liberdade de que devem gozar todos os seres humanos e a fraternidade como meio de amistosidade nas relações humanas.

No que diz respeito à educação, o documento a concebe como responsável por fortalecer o respeito mútuo, devendo as instituições de ensino promoverem a compreensão, a tolerância e a amizade. Bentes, em concordância com esse ponto de vista, destaca que “assim, um princípio metodológico importante dessa perspectiva é a possibilidade de construção e formação de sujeitos capazes de conhecer, respeitar e solidarizar-se com as diferenças” (BENTES, 2014, p. 44).

A autora defende, nesse mesmo sentido, que as altas taxas de evasão escolar existentes no Brasil estão diretamente relacionadas, dentre outras coisas, ao tratamento inadequado conferido ao fenômeno da diversidade linguística, que é presente na sala de aula. Para que essa realidade seja transformada, Bentes afirma que a escola precisa repensar suas metodologias, que devem ser pautadas pela dialogicidade, dentre outros princípios.

Ora, um ensino centrado na norma, prescritivo, entendendo-a como absoluta, acabada, como o todo da língua, pouco favorece posturas tolerantes, de valorização da diversidade, e de vinculação dos conteúdos linguísticos com as práticas sociais, pois esse tipo de abordagem dá pouco espaço para o dialogismo proposto. O tipo de ensino de língua que vem sendo praticado no Brasil, como critica Ilari (1992), portanto, vai de encontro ao que propõem a LDB, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e ao que destaca Bentes.

A abordagem prescritiva de mera obediência a regras, sem se ter a dimensão do processo de construção da norma e de outros registros linguísticos pouco favorece, também, a ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico, uma vez que, dessa maneira, nem os professores,

nem os educandos são levados a refletir sobre a linguagem e a se apropriar desses conhecimentos para desenvolver, a partir disso, uma postura crítica. Ao contrário, o que mais se estimula, nesses casos, é uma aceitação passiva da realidade linguística que se impõe.

O conhecimento por parte do professor de português, dentre outros aspectos, do desenrolar dos fenômenos linguísticos através dos tempos auxilia-o, como proporção, futuramente, os PCNs e a BNCC, na construção de um ensino mais afinado com o pano de fundo democrático e plural que permeia a LDB. Acerca disso, Cohen (1994) lança a seguinte questão: “como estudar mudanças linguísticas se enxergamos a língua como um objeto estático?”. O primeiro passo a ser dado, segundo a autora, é perceber a língua como um objeto variável no tempo. “Devemos ver a língua como camadas diacrônicas que se harmonizam num todo, mas que têm ‘idades’ diferentes” (COHEN, 1994, p. 14).

A autora cita como exemplo a variação do plural de substantivos terminados em “ão” para exemplificar a presença e a pertinência da diacronia, bem como a importância de se olhar a língua diacronicamente para se adotar uma postura reflexiva sobre ela:

- (i) Grupos de Nomes terminados em -ão
cão/cães; capitão/capitães; alemão/alemães; civilização/civilizações;
demonstração/demonstrações;
liquidação/liquidações; inflação, falação, dormição (não admitem plural).
- (ii) Grupos de Nomes terminados em -ão
Cão, capitão, alemão, coração (1), demonstração (2), civilização (3), inflação,
liquidação (4), falação, dormição (5). (COHEN, 1994, p. 14)

A explicação que geralmente se dá ao aluno à variação desse plural é: “está na regra”, o que não se harmoniza com a reflexividade, a criticidade e a autonomia intelectual proposta pela LDB. Entretanto, se o professor de português tem ciência de que essa variação, como segue explicando a autora, se relaciona com o fato de essas palavras terem idades diferentes, sendo as do grupo 1 mais antigas na língua; a do grupo 2, mais recente; a do grupo 3, tomada por empréstimo; as do grupo 4, formadas após a língua já estar constituída; e as do grupo 5, neologismos, e leva esses dados aos seus alunos, tem maiores chances de despertar neles a curiosidade acerca das dinâmicas da língua, bem como estimular as mencionadas reflexividade, criticidade e ajudar a construir educandos intelectualmente autônomos.

Um outro exemplo que põe em voga a relevância da diacronia está na Gramática de Said Ali (1931), que explica a formação do futuro do

presente e do pretérito do indicativo dos verbos em português da seguinte forma:

As línguas românicas ficaram privadas das formas de futuro do indicativo que possuía o idioma latino. Suprimiu-se a falta, unindo ao infinitivo o presente de *haver* para o futuro do presente e criando analogamente o futuro do pretérito pela junção do imperfeito *havia* (contraído em *hia*) ao infinitivo. Deu este processo em português: *cantarei, cantarás, cantará, cantaremos, cantaredes* (port. mord. *cantarei*), *cantarão; cantaria, cantarias, cantaria, cantariamos, cantariades* (port. mord. *cantariéis*), *cantariam*. E assim para os demais verbos. (SAID ALI, 1931, p. 156)

Conhecer esse dado, de igual modo, pode ajudar o professor a ir além de respostas simplistas como “a gramática manda assim”, “é a regra”, entre outras. Da mesma forma, pode ser um estímulo à curiosidade, à reflexividade, e à criticidade. Além disso, esse é um bom exemplo de olhar diacrônico que revela a mobilidade da linguagem, noção essa que pode auxiliar na construção de relações mais tolerantes e de respeito à diversidade linguística entre os educandos, pois deixam claro que tal pluralidade é um fato comum, inerente à língua, até mesmo no âmbito da norma, quando é analisada sob uma perspectiva histórica.

Reposta como as anteriores são comuns, também, quando o assunto é conjugações verbais do português. Ao se estudar o verbo *pôr* e seus derivados, vê-se que ele não se encaixa, em princípio, em nenhuma das três conjugações, pois sua forma infinitiva não contém como vogal temática nem *a*, nem *e* e nem *i*. Bechara (2009, p. 255), sobre esse caso, faz a seguinte consideração: “não existe a 4ª conjugação; *pôr* é um verbo da 2.ª conjugação cuja vogal temática desapareceu no infinitivo, mas permanece em outras formas do verbo”.

O conhecimento diacrônico, outra vez, pode atuar em favor da reflexividade na sala de aula de língua portuguesa, dando uma visão holística ao professor e ao estudante sobre a classificação do verbo; revelar a mobilidade da língua, facilitando a compreensão e aceitação da diversidade; e despertar a curiosidade e a criticidade, levando o aluno a perceber que o estado atual da língua, em vez de um raso espelho d’água é a superfície de um profundo oceano de explicações históricas, entre outras.

Diante da análise da LDB, à luz de outros documentos e textos teóricos, chega-se à conclusão de que a tendência esperada para a educação contemporânea é a de um ensino que valorize a diversidade, o respeito, a consciência crítica e a autonomia intelectual. A aula de

português pautada em uma perspectiva prescritivista e intransigente logra outros sítios muitos distantes dos que deveriam ser visitados segundo aqueles rumos propostos. Dessa forma, o contato com estudos linguísticos diacrônicos mostra-se como uma proveitosa ferramenta para colocar ensino de língua nos trilhos da educação crítica, democrática e transformadora.

3. A importância da diacronia sob o prisma dos Parâmetros Curriculares Nacionais

Na seção anterior, buscou-se discutir de que forma o olhar diacrônico sobre a língua pode auxiliar o professor de português a alinhar sua aula a princípios básicos que se tem estabelecido para a educação. Nesta, será investigado como os PCN dão azo para esse tipo de abordagem.

Com organização prevista pela LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram estruturados com a preocupação de proporcionar o diálogo entre os órgãos federais gestores da educação e a sociedade civil (BRASIL, 2000a, p. 7).

O documento foi organizado na década de 1990 e finalizado no ano 2000, com o objetivo de normatizar a reorganização curricular da educação básica em nível nacional, em áreas de conhecimento, a fim de facilitar o desenvolvimento dos conteúdos escolares, levando em consideração dois princípios fundamentais: interdisciplinaridade e contextualização. Sobre os PCN, Galian (2014) afirma:

(...) constituem uma das formas de expressão do papel do Estado na busca por coesão e ordem, atuando no sentido de atingir a uniformização do currículo nacional, pela definição de um conteúdo mínimo a ser transmitido na escola básica, o que tem sido uma busca recorrente na história das políticas públicas de educação no Brasil. (GALIAN, 2014, s/p)

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), os PCNs concebem o ensino médio como a etapa do ensino responsável por aprofundar e consolidar os conhecimentos vivenciados no ensino fundamental; formar o estudante como pessoa humana; garantir que os educandos prossigam com os seus estudos e continuem aprendendo; e preparar os estudantes para o trabalho e para a cidadania.

O documento, de um ponto de vista bastante democrático e visando garantir uma formação humanística completa aos educandos,

afirma que as novas tecnologias e organizações sociais exigem dos sujeitos habilidades e competências que estão além da disciplina, da obediência e do respeito restrito a regras estabelecidas.

Em concordância, Tedesco (2001) analisa que essas inovações exigem dos cidadãos uma boa capacidade de abstração, a fim de que sejam capazes de simplificar, manejar e compreender a realidade em que estão inseridos e os padrões que a organizam. “As escolas, porém, fazem exatamente o oposto: impõem modelos, oferecem pacotes de soluções pré-fabricadas e estimulam a obediência e a memorização” (TEDESCO, 2001, p. 48).

Fica clara a urgência de se encontrar caminhos alternativos para o ensino de forma geral. Em se tratando de língua portuguesa, há que se ir além de uma abordagem normativa, haja vista que o atual sujeito da educação necessita de um trabalho intelectual mais amplo, reflexivo, de construção do conhecimento, para que, dessa maneira, consiga responder às demandas sociais que incidem sobre ele.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio consideram a linguagem como a capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários, com a finalidade de se produzir sentidos através desses sistemas. O documento confere importância à inter-relação existente entre o sistema linguístico e a história, bem como entre o sistema linguístico e as práticas sociais (BRASIL, 2000a, p. 20). Para que se estabeleçam de forma efetiva essas inter-relações, destaca, na sequência, a relevância de se compreender a arbitrariedade da linguagem, uma vez que, dessa maneira, o educando pode ser levado a problematizar “os modos de ver a si mesmo ao mundo”, as categorias de pensamento e as classificações que são assimiladas como dados indiscutíveis” (BRASIL, 2000b, p. 5).

Os PCNs compreendem, também, que o estudo isolado do aspecto formal da língua distancia o estudante do caráter social da linguagem, noção fundamental para o ensino, de acordo com o documento. Verifique-se, mais uma vez, a necessidade de o professor lançar outros olhares sobre esse ensino, para que sua abordagem considere essa perspectiva.

Como uma das rotas alternativas ao tratamento da norma-padrão em um caráter isolado no contexto da sala de aula, o documento define o enfoque histórico, ressaltando sua importância:

(...) toda experiência construída no passado deve ser analisada, em busca das relações que estabelecem com o presente e o devir. Partilhar o conhecimento

socialmente instituído, aquilo que foi herdado do passado, é apenas o começo do reconhecimento da parte que cabe a cada um no processo histórico, o dado. O conhecimento que pode parecer, em um primeiro momento, como imediato, tem por trás de si uma história de lutas classificatórias que devem ser revistas no âmbito escolar. (BRASIL, 2000b, p. 7)

Vê-se, dessa forma, como os PCNs dão base para que o professor de língua portuguesa seja incentivado a analisar o percurso diacrônico dos fenômenos linguísticos, a fim de compreender melhor o estado atual da linguagem, as normas e as classificações que ela estabelece, pois o que se tem firmado atualmente como padrão é fruto de processos históricos que não devem ser ignorados, para que não se torne absoluto e preceituado o ensino, mas calcado na confrontação de opiniões e pontos de vistas fundamentados que recuperem a herança do agora, com vistas a desconstruir achismos, frases feitas, e a construir uma perspectiva articulada sobre o objeto linguístico em estudo.

Essa compreensão está em consonância com as propostas do relatório “Educação: um tesouro a descobrir”, lançado pela Unesco um ano antes da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. O relatório, ao discutir os horizontes para educação no século XXI, reconhece a necessidade dos sujeitos de um mundo globalizado e tendendo para a homogeneização cultural de recorrerem a aspectos históricos para reconstruírem suas identidades (DELORS *et al.*, 2010, p. 10).

Entende, nesse sentido, que a escola precisa conferir aos educandos bases culturais sólidas, que lhes permitam decifrar as diversas mudanças sociais que estão em curso atualmente, situando os acontecimentos em uma história geral, como forma de organizá-los e compreendê-los. Os estudos linguísticos diacrônicos podem aliar-se a esse papel da escola, como um dos caminhos para a construção de bases culturais sólidas e de organização histórica dos fenômenos que envolve a língua.

Os PCNs, seguindo adiante, ressaltam que, para se evitar os apriorismos, o conhecimento da linguagem deve abranger a mobilidade da língua, isto é, o professor de português não se deve conformar em apenas conhecer e fazer conhecer o estabelecido, o sistematizado, pois as atuais demandas sociais exigem sujeitos cada vez mais críticos e aptos a irem em busca dos processos de construção e representatividade.

Para basear pedagogicamente essa abordagem, pode-se escolher a tendência pedagógica socialista de transformação pelos conteúdos, que

defende que a escola promova uma vivência educacional contextualizada social e historicamente, dada a importância desses contextos para a formação do próprio espírito crítico, que, segundo o autor, consiste em preparar o aluno para o mundo, com consciência participativa das transformações sociais (FRANCISCO FILHO, 2011, p. 49 e 50). Ora, se se tem a dimensão, por meio da diacronia, da mobilidade da linguagem, em decorrência de sua arbitrariedade, e de que, na qualidade de convenção, é fruto de processos históricos que demonstram que os falantes sujeitam a linguagem e estão sujeitos a ela, podendo influir, inclusive, no estabelecimento de seus padrões normativos, se está no caminho certo para a construção de sujeitos efetivamente críticos, que se concebem como seres históricos e atuantes nas dinâmicas sociais, como propõe a tendência.

Para que isso seja posto em prática, é necessário que se trabalhe por meio de uma metodologia de ensino dialética e dialógica, que confronte o saber erudito com as experiências do aluno, provocando a conscientização, sempre comparando o antigo com o atual, sob o prisma da dialética (FRANCISCO FILHO, 2011, p. 50). Mais uma vez, encontra base a abordagem diacrônica sobre a linguagem, para que se estabeleça a relação dialética entre o passado e o presente, proposta pela tendência socialista de transformação pelos conteúdos.

Os PCNs seguem ressaltando a importância de o professor de português lançar olhares diacrônicos sobre a língua, como forma de aprimorar o ensino de português, afirmando que:

(...) o exame de caráter histórico e contextual de determinada manifestação da linguagem pode permitir o entendimento das razões de uso, da valoração, da representatividade, dos interesses sociais colocados em jogo, das escolhas de atribuição de sentido, ou seja, a consciência do poder constitutivo da linguagem. (BRASIL, 2000b, p. 7)

Pode-se verificar, assim sendo, que o documento que guia as diretrizes curriculares da educação básica em nível nacional, sendo analisadas aqui, mais especificamente, as propostas direcionadas ao ensino médio, realça a pertinência dos estudos linguísticos diacrônicos, compreendendo-os como uma importante ferramenta que desvela os motivos pelos quais ocorre determinado fenômeno linguístico na atualidade, revelando a lógica histórica que há por trás até mesmo de usos não validados pela norma; e como porta de entrada para se investigar as razões pelas quais determinados registros são mais valorizados socialmente que outros e quais são os fatores que incidem

sobre essa valoração.

Utilizar o passado da língua para revelar essas nuances sociais e, a partir disso, estudá-las, vai ao encontro do que diz Bourdieu sobre a indispensabilidade de se despir a realidade de que os grupos de status que são os portadores e mantenedores das convenções e da estilização da vida em todas as suas faces, podendo a norma-padrão da língua ser compreendida como uma delas.

Além disso, Bourdieu afirma que “dar ênfase à maneira é privilegiar a forma da ação às custas de sua função e dos instrumentos materiais que ela utiliza” (2007, p. 16). Com base nisso, é possível inferir que o fato de o professor de português estar em contato com os conhecimentos relativos à diacronia da língua, que ajudam a revelar sua arbitrariedade, mobilidade, valoração, pode encorajá-lo a desviar a ênfase de suas aulas do aspecto formal para o aspecto instrumental e material da linguagem, colocando a norma não como causa primeira do ensino de língua, mas como meio de aprimoramento dos sentidos que quer o aluno produzir. A linguagem na escola, dessa forma, passaria a ser abordada, conforme estabelecem os PCNs, de modo analítico e reflexivo, fazendo com que os educandos possam superar ou transformar suas significações.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais seguem os princípios da LDB de fazer da escola um espaço que promova valores democráticos. Em se tratando especificamente do ensino de língua, enseja a compressão diacrônica sobre os fenômenos linguísticos como um caminho legítimo para que o professor de português amplie os horizontes de sua aula para a formação de cidadãos críticos, emancipados, reflexivos e que ajam com respeito em face da diversidade.

4. A importância da diacronia sob o prisma da Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular é um documento organizado pelo Ministério da Educação, no intuito de criar uma referência para as instituições de ensino básico de todo o país na elaboração de seus currículos e propostas pedagógicas. Foi homologado no ano de 2017 e define um conjunto de habilidades, competências e conteúdos essenciais para a formação justa, democrática e inclusiva dos cidadãos brasileiros (MEC, 2017, p. 7).

Em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a

BNCC também segue os princípios da LDB e, também, sublinha a importância de se buscar no passado explicações para os fenômenos que se desenrolam na atualidade. Estabelece, como uma das competências da Educação Básica:

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (MEC, 2017, p. 9)

Nesse sentido, alia-se novamente os estudos diacrônicos, no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa, a essa função de evocar as bases históricas que sustentam a realidade linguística atual, compreendendo a língua, em uma visão afinada à de Bakhtin, trazida por Freitas (2002), não apenas como uma realidade física, mas como parte da dinâmica social.

A diacronia, ao apontar um caminho de ensino diverso do absolutismo estático da norma, revelando sua mobilidade, arbitrariedade e convencionalidade, pode contribuir, dessa forma, para a inserção da língua na esfera social, e, assim, proporcionar uma visão holística sobre seus fenômenos, que só é possível, para Bakhtin, quando esses são analisados dentro de um contexto sócio-histórico (FREITAS, 2002, p. 133).

A BNCC estabelece que a educação básica deve também:

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. (MEC, 2017, p. 9)

Pode-se afirmar, nesse sentido, que a diacronia da língua pode desempenhar um importante papel na criação, por parte do professor de língua portuguesa, dessa competência em sua vivência educacional, uma vez que esses estudos costumam despertar nos educandos a curiosidade sobre a origem das palavras, sobre como se realizavam construções sintáticas no passado, sobre quais termos que eram utilizados no passado e não se usam mais atualmente, ou que mudaram de significado, entre outros fatores que possibilitam o cumprimento da diretriz.

A Base Nacional Comum Curricular avança na eleição das competências gerais para a educação básica, destacando, também, que os educandos brasileiros devem ser capazes de promover o respeito ao outro e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, e de

seus saberes, identidades, culturas, sem preconceitos de qualquer natureza. No mesmo sentido, estabelece que as escolas devem elaborar propostas pedagógicas que considerem as identidades linguísticas dos estudantes.

Os estudos diacrônicos, de acordo com Coseriu (1979), revelam os fatores externos que condicionam o sistema da língua e comprovam a verdade universal de que todas as línguas mudam. Tendo isso em mente, o professor de português poderá valorizar em sua sala de aula a diversidade linguística existente no português e tornar objeto de estudo o caráter identitário e cultural que cada um desses registros possui. Bagno (2003, p. 18), aprofundando a questão, reitera que a compreensão do que de fato se configura como língua a coloca como algo fora e acima de qualquer indivíduo e à própria sociedade, com um caráter mítico e sobrenatural, ao qual só uns poucos iniciados têm acesso. A diacronia pode atuar justamente na relativização dessa ideia, ao situar a linguagem social e historicamente.

A própria BNCC, mais à frente (2017, p. 481 e p. 500), estabelece que os estudantes brasileiros do ensino médio devem compreender a língua como um fenômeno histórico, para que, dessa forma, ampliem a compreensão sobre o caráter vivo e dinâmico da língua, sobre as variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, com o intuito de fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos.

Nesse sentido, Bagno (2003, p. 16) registra que o ato de discriminar alguém por conta de sua forma de falar ainda passa com naturalidade na sociedade brasileira, diferentemente do preconceito contra negros, indígenas, pobres, nordestinos, mulheres, deficientes físicos e homossexuais, que, em geral, já são publicamente inaceitáveis. O preconceito linguístico, segundo o autor, diferentemente dos demais, é reproduzido por sujeitos de todos os espectros ideológicos. Urge, portanto, a necessidade de se dimensionar e de se encarar esse tipo de discriminação.

Após a seção que lança princípios gerais para educação básica, na parte especificamente dedicada ao ensino médio, o documento ressalta que:

Em lugar de pretender que os jovens apenas aprendam o que já sabemos, o mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos sociais, produtivos, ambientais e culturais. Desse modo, a escola os convoca a assumir responsabilidades para equacionar

e resolver questões legadas pelas gerações anteriores, valorizando o esforço dos que os precederam e abrindo-se criativamente para o novo. (BRASIL, 2017, p. 463)

Vê-se aqui a abertura que a BNCC dá ao professor de português para que esse lance mão de compreensões diacrônicas no ensino de língua, uma vez que estabelece que a escola atual deve lidar com questões históricas a fim de se compreender as atuais e de se permitir compartilhar de novas experiências. Em se tratando de língua, mais uma vez a consciência da mobilidade, da convencionalidade, e das transformações históricas promovidas pelos estudos diacrônicos (COSERIU, 1979) pode torná-lo receptivo às inovações linguísticas registradas na atualidade. Sendo assim, construirá um ensino que não estimula ou reproduz posturas preconceituosas e excludentes.

A Base Nacional Comum Curricular, assim como os PCNs e a LDB, também dão azo para que se considere importante o contato do professor de português com os estudos linguísticos diacrônicos, já que o documento estimula análises dos processos históricos da língua, bem como destaca a importância de compreensões que revelam sua variedade e mobilidade, o que a diacronia demonstra com muita propriedade. A finalidade é a mesma: promover a democracia, formando cidadãos dotados de boa capacidade reflexiva, críticos, autônomos intelectualmente e amistosos à diversidade.

5. Conclusão

Um dos aspectos mais importantes que o ensino de língua portuguesa compreende é, sem sombra de dúvidas, oferecer aos educandos o acesso à norma-padrão, uma vez que tal conhecimento é de suma importância para serem aceitos em determinados contextos sociais, bem como para que estudantes provenientes de uma situação econômica menos favorecida possam transformar a realidade da qual vieram.

Ensinar regras gramaticais, no entanto, não deve ser sinônimo de uma aula de português que se resume em apresentar um manual do bem falar, uma vez que a própria norma detém uma riqueza histórica que vai além disso, basta não a compreender como um conjunto de regras absolutas que devem ser prescritas. É necessário que a aula de português dê um passo adiante, deixando de ser uma tábua de mandamentos e se afinando a ideais mais democráticos emancipatórios e fraternos.

Professores que veem a língua, tanto suas regras quanto o seu uso, como estática, acabada, sem ter a consciência de sua variação, se colocam em descompasso com os princípios da criticidade, da reflexividade e do respeito à diversidade, presentes na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, e replicadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular, importantes documentos oficiais que a sucederam.

Vê-se, nesse cenário, que a consciência sobre a diacronia da língua pode auxiliar o professor a desenvolver um ensino crítico, que leve o aluno a pensar sobre a língua e a refletir sobre ela, bem como revelar a mobilidade da linguagem, que, vista como algo natural e inerente à língua, pode ajudar na desconstrução de posturas preconceituosas e de estigmas sociais resultantes de preconceito linguístico.

A abordagem diacrônica, além de ter sua importância reconhecida por vários teóricos da área de língua, conforme apresentado, também encontra respaldos nos documentos oficiais da educação, o que contribui para ressaltar sua plausibilidade tanto como parte do repertório do professor de língua, quanto como perspectiva de aula. Sendo assim, o ensino de português encontra mais um caminho em direção ao respeito, à autonomia intelectual dos educandos, e à formação cidadã dos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

BECHARA. Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENTES, Anna Christina. Oralidade, política e direitos humanos. In: ELIAS, Vanda Maria (Org.). *Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita, leitura*. São Paulo: Contexto, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2017.

_____. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 24 ago. 2018.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: bases legais. Brasília: MEC, 2000a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: Parte II. Linguagens, Código e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2000b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.

CARDEIRA, Esperança. *O essencial sobre a história do português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/349353941/CARDEIRA-Esperanca-O-essencial-sobre-a-historia-do-portugues-pdf#>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. *A pesquisa diacrônica em língua portuguesa*. 1994. Disponível em: <www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_lingua_portuguesa/artic/le/.../6956>. Acesso em: 24 ago. 2018.

COSERIU, Eugênio. *Sincronia, Diacronia e História*: o problema da mudança linguística. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

DELORS, Jacques *etal*. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 2010.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *Vygotsky & Bakhtin*: psicologia e educação: um intertexto. São Paulo: Ática, 2002.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. *Panorâmica das tendências e práticas pedagógicas*. 2. ed. Campinas-SP: Alínea, 2011.

GALLIAN, Cláudia Valentina Assumpção. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 153, jul./set. 2014.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica*: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008.

SAID ALI, Manuel. *Grammatica historica da lingua portugueza*. 2. ed. São Paulo: Proprietária, 1931.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Kléber Aparecido da; PILATI, Eloísa; DIAS, Juliana de Freitas. O ensino de gramática na contemporaneidade: delimitando e atravessando as fronteiras na formação inicial de professores de língua portuguesa. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 10, n. 4, p. 975-994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v10n4/a08v10n4>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

TEDESCO, Juan Carlos. *O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna*. Trad. de Otacílio Nunes. São Paulo: Ática, 2001.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.